



Cliente: Infravix Participações S.A.

Assunto: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2022.



1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores

Infravix Participações S.A.

Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infravix Participações S.A., que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações de resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infravix Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações financeiras da Infravix Participações S.A. referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por nós auditores, com relatório emitido em 25 de maio de 2022, sem ressalvas.

- Patrimônio Líquido

Conforme nota explicativa nº 9, o capital social da empresa é constituído por 198.000.000 de ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada ação, a um único acionista Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

- Eventos Subsequentes

Conforme nota explicativa nº 15, Em 03 de fevereiro de 2023, o capital social foi alterado para R\$ 181.663 (cento e oitenta e um milhões e seiscentos e sessenta e três mil reais), mediante o resgate de 16.337 (dezesesseis milhões e trezentos e trinta e sete mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme nota explicativa nº 6.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não

deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 29 de junho de 2023.



DAVI & CORRÊA
AUDITORES INDEPENDENTES / 20 ANOS

DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE
S:02971670000180
Porto Alegre/RS
2023.06.29 15:53:17-03'00'

Davi & Corrêa Auditores independentes S/S
CRC-RS 3.797
Pedro Osório Corrêa
Contador CRC-RS 42.462/O-8

- Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2022**
- Balanço Patrimonial**
- Demonstração do Resultado do Exercício**
- Demonstração do Resultado Abrangente**
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**
- Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- Notas Explicativas sobre às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2022**

Infravix Participações S/A.
CNPJ: 12.366.484/0001-76

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		811	9.086
Contas a receber de clientes		-	35
Tributos a recuperar		41	109
		<u>852</u>	<u>9.230</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	6	112.189	102.357
		<u>112.189</u>	<u>102.357</u>
Total do Ativo		<u><u>113.041</u></u>	<u><u>111.587</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Infravix Participações S/A.
CNPJ: 12.366.484/0001-76

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		50	18
Obrigações tributárias	7	2.732	2.744
Contas a pagar		600	600
		3.382	3.362
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	6	8.627	8.669
		8.627	8.669
Patrimônio Líquido	9		
Capital social		198.000	198.000
Prejuízos acumulados		(96.968)	(98.444)
		101.032	99.556
Total do Passivo e Patrimônio líquido		113.041	111.587

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Infravix Participações S/A.
CNPJ: 12.366.484/0001-76

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta de serviços prestados		-	-
Impostos incidentes s/ receitas		-	-
Receita operacional líquida		<u>-</u>	<u>-</u>
Custos operacionais	10	(157)	-
Lucro bruto		<u>(157)</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	11	(125)	(35)
Outras receitas e despesas		-	(30)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(282)</u>	<u>(65)</u>
Receitas financeiras	12	1.848	496
Despesas financeiras	12	(90)	(7)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.476</u>	<u>424</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	-	(105)
Lucro líquido do exercício		<u>1.476</u>	<u>319</u>
Ações do capital social durante o exercício (lote de mil ações)		198.000	198.000
Lucro do exercício por lote de mil ações do capital social - R\$		0,0075	0,0016

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Infravix Participações S/A.
CNPJ: 12.366.484/0001-76

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	1.476	319
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.476</u>	<u>319</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Infravix Participações S/A.
CNPJ: 12.366.484/0001-76

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de
2022**

(Valores em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	225.000	(98.763)	126.237
Redução de capital social	(27.000)	-	(27.000)
Lucro líquido do exercício	-	319	319
Saldos em 31 de dezembro de 2021	198.000	(98.444)	99.556
Lucro líquido do exercício	-	1.476	1.476
Saldos em 31 de dezembro de 2022	198.000	(96.968)	101.032

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Infravix Participações S/A.
CNPJ: 12.366.484/0001-76

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	1.476	319
Ajustes por:		
Juros sobre contratos de mútuo	(1.848)	(496)
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	68	(94)
Contas a receber	35	-
Conta corrente entre empresas	(8.026)	35.517
Fornecedores	32	(40)
Obrigações fiscais	(12)	217
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>(8.275)</u>	<u>35.423</u>
Redução de capital social	-	(27.000)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(27.000)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.275)</u>	<u>8.423</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.086	663
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	811	9.086
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.275)</u>	<u>8.423</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Infravix Participações S/A.
CNPJ: 12.366.484/0001-76

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Objeto social

A Infravix Participações S.A. é uma sociedade anônima fechada, constituída em 30 de julho de 2010, com sede social na Rodovia Admar Gonzaga, nº. 440, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, controlada pelo Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia- “FIP Nova Participações”.

A Companhia tem como objeto social o desenvolvimento e estudos tecnológicos, a participação em sociedades que atuem no setor de infraestrutura no Brasil e no exterior, em particular nas áreas de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e sistemas de transporte de passageiros), saneamento básico, geração de energia a partir de fontes não renováveis (carvão, óleo e gás) e o desenvolvimento de negócios imobiliários, podendo para tanto, adquirir, vender, alugar e construir propriedades imobiliárias com finalidades residenciais, comerciais ou institucionais.

Em 31 de maio de 2022, a Companhia, através de seu estatuto social, realizou a transferência da sede da Sociedade de Alameda Araguaia em Barueri/SP para Rodovia Admar Gonzaga em Florianópolis/SC.

Atualmente a Companhia, encontra-se sem contratos ativos com geração de receitas operacionais.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo.

b. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em conta corrente em movimento.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para esse passivo.

e. Resultado do exercício

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente os ganhos com aplicações financeiras, juros e variações monetárias. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos, despesas bancárias e demais encargos financeiros.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos

estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita, no curso normal dos negócios, a processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Gerenciamento de risco financeiro

a. Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a pagar e fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha.

5 Novas normas, alterações e interpretações

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, e que terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Conta corrente entre empresas

Os saldos das operações em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações *intercompany* que afetaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle, como segue abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo não circulante		
Nova Participações S.A.	95.822	87.852
Nova Participações – FIP Mutiestratégia (i)	16.337	-
São Roque Energética S.A.	-	14.489
Engevix Projetos e Gerenciamentos Ltda.	-	16
Nova Engevix Construções e Montagens S.A.	30	-
	<u>112.189</u>	<u>102.357</u>
Passivo não circulante		
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	8.627	8.627
Nova Engevix Construções e Montagens S.A.	-	43
	<u>8.627</u>	<u>8.669</u>

- (i) Em 1 de dezembro de 2022 foi assinado termo de cessão de direitos entre a Companhia, São Roque Energética e FIP Multiestratégia, o instrumento da cessão teve por objeto os direitos da Companhia com a São Roque Energética, que foram cedidos ao FIP (acionista) com objetivo de aumento de capital da São Roque e resgate das ações do capital da Companhia quando necessário.

7 Obrigações tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRRF de terceiros a recolher	3	2
CSRF terceiros a recolher	5	-
PIS a recolher	44	31
COFINS a recolher	531	457
Impostos sobre mútuo	2.014	2.014
IRPJ a recolher (i)	93	167
CSLL a recolher (i)	42	73
Outros	-	-
	<u>2.732</u>	<u>2.744</u>

- (i) O saldo do IRPJ e CSLL correntes são compostos por adições e exclusões permanentes e temporárias, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social está limitada a base de 30% dos lucros tributáveis.

8 Provisão para contingências

A administração da Companhia não constituiu provisões para contingências, uma vez que, de acordo com os seus assessores jurídicos, não possui ações e ou autuações de qualquer natureza, considerado como provável ou possível de perda.

9 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da empresa é constituído por 198.000.000 de ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada ação, a um único acionista Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	198.000	198.000
	<u>198.000</u>	<u>198.000</u>

10 Custos operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros	(95)	-
Materiais	(58)	-
Conselhos profissionais	(4)	-
	<u>(157)</u>	<u>-</u>

Custos incorridos no investimento da Companhia em fase de projetos, UTE Uruguaiana.

11 Despesas administrativas e gerais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros	(112)	(12)
Taxas	(13)	(4)
Outras despesas	-	(18)
	<u>(125)</u>	<u>(34)</u>

12 Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros de mútuo	1.848	520
Juros e multa de tributos e fornecedores	(4)	(7)
Pis e Cofins	(86)	(24)
	<u>1.758</u>	<u>488</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente

Imposto de Renda e Contribuição Social	2022	2021
Lucro/Prejuízo antes dos Impostos	1.476	426
Adições		
Demais despesas não dedutíveis	-	39
Exclusões		
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	1.476	466
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	443	140
Lucro real depois da compensação de prejuízos fiscais	1.034	326
Alíquota nominal combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social correntes	327	105

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.


15 Eventos subsequentes

Em 03 de fevereiro de 2023, o capital social foi alterado para R\$ 181.663 (cento e oitenta e um milhões e seiscentos e sessenta e três mil reais), mediante o resgate de 16.337 (dezesesseis milhões e trezentos e trinta e sete mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme nota explicativa nº 6.

Florianópolis, 28/06/2023.

Assinado de forma digital por YOSHIAKI FUJIMORI:00271130865
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=25268422000173, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=YOSHIAKI FUJIMORI:00271130865
Dados: 2023.07.03 18:36:36 -03'00'

Yoshiaki Fujimori
Diretor Presidente
CPF 002.711.308-65

 Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:08876535969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=25268422000173, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=TUANY CAROLINY COSTA:08876535969
Dados: 2023.06.29 14:16:22 -03'00'

Tuany Carolyn Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

* * *